



PATRIMÔNIO CULTURAL NA ERA DIGITAL: um estudo sobre a difusão e a defesa do patrimônio brasileiro via internet

MARINA GOWERT DOS REIS¹; JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES²; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES³

¹Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – marinagowertdosreis@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - fernandoigansi@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – julaneserres@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa de doutoramento, qualificada no presente ano, desenvolvemos um estudo sobre os usos da internet para fins de preservação patrimonial com foco no cenário brasileiro de políticas públicas e projetos de preservação, e em organizações sociais em defesa do patrimônio cultural. Explorando o termo *preservação patrimonial*, trabalhamos com o binômio difusão – defesa, sendo que o primeiro está relacionado a casos nos quais a internet é apenas mais uma forma de compartilhar informações patrimoniais desenvolvidas em outros meios; enquanto com o segundo falamos da internet como um instrumento da defesa do patrimônio, seja na organização digital de grupos, ou no engajamento, individual ou coletivo, em ações de preservação.

Abordamos esse tema a partir da seguinte problematização: **como a internet é utilizada como meio de preservação patrimonial no Brasil?** E ainda: **como o uso das novas tecnologias para difusão e defesa do patrimônio brasileiro patrimonial modificaram e modificam os processos de preservação patrimonial e a relação entre a sociedade, em especial na figura das comunidades locais, os bens patrimoniais e os órgãos institucionais?** Assim, objetivamos estudar o que acontece na atualidade brasileira a nível de usos da internet como um veículo para falar sobre patrimônio, traçando um paralelo entre a relação sociedade – patrimônio – governo hoje em dia com um momento pré-digital.

Para tanto, organizamos nossa pesquisa no estudo do que entendemos como os três modelos de difusão e/ou defesa patrimonial na internet praticados no Brasil: estatal, de colaboração interinstitucional e de agenciamento coletivo. O modelo estatal é centrado nas ações digitais do Ministério da Cultura, em especial na figura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); o de colaboração interinstitucional observando instituições de preservação que estão entre o modelo público e projetos onde é praticada uma maior participação social; e o modelo de agenciamento coletivo, atentando ao uso descentralizado que é feito da internet para buscar defesa de bens patrimoniais, em especial o grupo Defenda Santo Ângelo! Quero nossa história viva!, organizado na rede social Facebook, e já estudado pela autora em sua dissertação de mestrado.

Para tanto, percorremos autores de diversas áreas do conhecimento, uma vez que a pesquisa está inserida em um contexto interdisciplinar. Assim, traçamos uma discussão sobre patrimônio cultural digital e preservação patrimonial na atualidade fazendo análise de documentos da UNESCO, como Charter on the Preservation of the Digital Heritage (2003) e A Memória do Mundo na Era Digital (2012), e autores como Alonzo Addison (2008), que trata

principalmente sobre o histórico da relação patrimônio cultural e tecnologias digitais, Mia Rigde (2014), que estuda casos de integração da sociedade em processos institucionalizados de preservação, e Vera Dodebei, autora brasileira que aborda tais temas a nível teórico. Para chegar à tais discussões, debatemos as relações sociais na atualidade à luz das novas tecnologias. Nos apoiamos nos seguintes autores: Pierre Lévy (2007), André Lemos (2010), Sherry Turkle (2011). A fim de tratar da preservação patrimonial pelo Estado brasileiro analisamos os trabalhos de Maria Cecília Londres Fonseca (2005), e ainda fundamentamos nosso trabalho com discussões acerca da categoria patrimônio cultural, a partir de Llorenç Prats (2006).

2. METODOLOGIA

Esta tese é organizada em cinco capítulos, sendo os dois primeiros de discussões teóricas acerca do tema, e o três últimos dedicados aos modelos analisados. Aqui falamos sobre a metodologia adotada nos três últimos, sendo que um desses já foi qualificados, e os outros dois estão em fase de desenvolvimento. No capítulo **O modelo estatal de compartilhamento patrimonial na era digital: Patrimônio material, imaterial, e digital a partir de projetos do Ministério da Cultura**, fazemos um estudo da forma que o estado brasileiro, especialmente na figura do website do Iphan. Nessa etapa da pesquisa retomamos a discussão da relação entre o patrimônio digitalização e o patrimônio imaterial, categoria institucionalizada pelo governo brasileiro. Assim, observamos as informações sobre o patrimônio imaterial que estão presentes no website, buscando compreender o que são esses conteúdos, como são apresentados, qual o grau de participação social que esse meio propõe, e, de forma geral, qual a figura que o Iphan apresenta em seu meio digital.

No capítulo **O modelo de colaboração interinstitucional de preservação patrimonial: Fundação Biblioteca Nacional e Brasiliana Fotográfica na preservação digital participativa**, ainda em desenvolvimento, estudamos o projeto Brasiliana Fotográfica, considerando o mesmo como uma das iniciativas nacionais mais inovadoras no que diz respeito à preservação digital. O projeto é colocado como um espaço para fomentar o debate sobre acervos documentais digitais, incentivando a relação de proximidade entre o acervo e quem o acessa, sendo que o visitante pode reorganizá-lo. Existia a possibilidade de publicar comentários dentro do próprio sistema, ferramenta que foi desabilitada. Buscamos verificar a efetividade dos meios propostos quanto à integração dos visitantes. Assim, observamos a interface e o sistema do website para identificar esses canais de discussão, sua facilidade de uso, e se são efetivamente utilizados. Realizaremos duas entrevistas relativas à esse projeto: a primeira com seu curador, o prof. Dr. Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, e segundo com alguma pessoa especializada na parte técnica do sistema, sendo esse um caminho de contabilizar dados de acesso do sistema.

Por último, temos o capítulo **O modelo de agenciamento coletivo defesa patrimonial na internet: Defenda Santo Ângelo! Quero nossa história viva! e os novos caminhos de preservação patrimonial**, no qual retornamos ao estudo já realizado à nível de mestrado, aproveitando os dados colhidos e traçando conclusões mais aprofundadas, especializadas e amparadas teoricamente. Os dados disponíveis são referentes a quatro períodos relevantes na história do grupo, apresentando amostras quanti qualitativas. Utilizaremos essas informações para entender quais os níveis de efetividade de um grupo digital organizado que busca defesa patrimonial, tanto em um contexto comunitário, como na instância



estadual, que foi acessada nas ações do grupo; por que as atividades do mesmo pararam de existir; se a defesa realmente aconteceu; qual a ressonância dessa forma de ação em outros grupos de defesa, entre outras questões.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresento aqui algumas discussões traçadas a partir dos estudos já realizados, tanto teóricos como relativos a análise de casos. Uma das primeiras discussões realidades no trabalho é a de diferenciar patrimônio digitalizado do patrimônio cultural na era digital, sendo que o primeiro trata de uma técnica, enquanto o segundo de um universo de novas possibilidades de preservação patrimonial. Propomos também uma nova divisão de períodos compreendidos nas práticas de patrimônio cultural na era digital, uma vez que Addison (2008) fala de dois períodos e nós propomos um terceiro para falar sobre a atualidade, visto que a internet hoje em dia é muito mais um espaço de preservação que integra governos, instituições de preservação e a sociedade em geral, algo que não era corriqueiro há 10 anos.

Relatamos alguns resultados observados no estudo do modelo estatal de preservação digital. Verificamos que o governo brasileiro buscou a internet como meio de difusão patrimonial no início da década de 2000, o que mostra pioneirismo na prática. Ademais, que existem tentativas de interfaces digitais participativas, sendo que não é possível que, observando as mesmas, possamos investigar a efetividade dessas ferramentas, se o número de acessos justifica a implementação das mesmas. Concluímos que o governo brasileiro usa a internet muito mais como um meio de difusão de informações patrimoniais, que podem acarretar em processos de preservação, uma vez que são conteúdos informacionais, mas que, em geral, os processos de preservação acontecem fora da internet.

4. CONCLUSÕES

Uma das principais inovações deste trabalho está em seu tema de pesquisa, que é raramente estudado no Brasil, visto o baixo número de publicações em língua portuguesa sobre o mesmo. Explorando ainda mais essas possibilidades, realizamos esse estudo tendo em vista observar o cenário brasileiro de maneira crítica. E, tendo em vista a efemeridade dessas práticas, o que faz com que um objeto de estudo possa ser apagado sem nenhum aviso, a documentação que é feita por nós é importantíssima para observações futuras desse fenômeno.

Além do mais, apontamos que a internet é um meio de difusão e/ou preservação do patrimônio cultural. Já é usada no Brasil para tais fins a quase 20 anos, e não temos como visualizar um futuro que não siga tal perspectiva. Na metodologia de observar os três diferentes modelos, é possível observar que diferentes âmbitos realizam diferentes usos da internet, o que mostra a polivalência desse meio para a preservação patrimonial. Ainda defendemos a necessidade de estudar tais processos, que modificaram, modificam, e modificarão a preservação patrimonial, especialmente em uma perspectiva comunitária.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDISON, Alonzo C. Digital Heritage 2.0: Strategies for Safeguarding Culture in a Disappearing World. In: International Symposium on Information and Communication Technologies in Cultural Heritage, 2008, Ioannina. **Proceedings....** Disponível em: <http://www.academia.edu/2519668/Digital_Heritage_2.0_Strategies_for_Safeguarding_Culture_in_a_Disappearing_World> Acesso em: mar. 2015.

BRASILIANA Fotográfica. Acessado em: set. 2017. Disponível em: <http://brasiliayanafotografica.bn.br/>.

DEFENDA Santo Ângelo! Quero Nossa História Viva! Acessado em: set. 2017. Disponível em:

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – Iphan, 2005.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acessado em: set. 2017. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>.

LEMOS, André. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarios. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58, p. 72-80, mai. 2006. Disponível em: <<http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176#.VHSnNYdAs>>. Acessado em: out. 2016.

RIDGE, Mia (Org.). **Crowdsourcing our Cultural Heritage.** Surrey: Ashgate Publishing limited, 2014.

TURKLE, Sherry. **Alone Together:** Why We Expect More from Technology and Less from Each Other. New York: Basic Books, January 2011.

UNESCO. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage.** 2003. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_en.pdf. Acessado em fev. 2015.

_____. **A Memória do Mundo na Era Digital:** Digitalização e Preservação. 2012. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/images/mow/unesco_ubb_vancouver_declaration_pt.pdf>. Acesso em: mai. 2016.